

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E
EMPREENHIMENTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREEDIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para causas judiciais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, a controlada Corumbá Concessões S.A. é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, para os quais foi provisionado o montante de R\$ 22.512 mil, em decorrência de sua classificação de risco, em 31 de dezembro de 2022. Dentre as ações judiciais vigentes, destacamos a ação movida pela Saneamento de Goiás S.A. (“Saneago”), que se encontra com decisão judicial proferida, em que estabeleceu o valor de R\$ 18.500 mil, como incontroverso, sobre o qual a Corumbá já efetuou o pagamento. Nessa mesma ação da Saneago, a Corumbá discute judicialmente o valor de R\$ 22.229 mil, sobre o qual a constituiu provisão integral, no exercício de 2022. A Corumbá segue aguardando o trânsito em julgado do referido processo. Devido à relevância dos montantes envolvidos e a subjetividade inerente à provisão para causas judiciais, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) A realização de testes de confirmação da totalidade dos escritórios de advocacia que são responsáveis pelos processos judiciais e administrativos ;
- (ii) Confirmação de informações junto aos escritórios de advocacia contratados pela Administração, para as causas judiciais em aberto, com destaque para: avaliação do prognóstico de perda, principais dados das causas e o valor atualizado das potenciais perdas estimadas;
- (iii) Entendimento dos controles relacionados à identificação e à constituição de provisões para causas judiciais;
- (iv) Avaliamos a adequação dos requerimentos de divulgação envolvendo o referido tema.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2023.

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ: 45.083.219/0001-30
Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	102	263	22.188	21.248	Fornecedores	13	-	-	78.489	69.766
Aplicações financeiras	4	1.657	-	180.215	162.936	Financiamentos e Debêntures	14	-	58.989	73.259	512.026
Contas a receber	5	-	3	155.186	127.654	Obrigações tributárias	15	9.934	34.443	41.543	75.418
Estoques	6	-	-	57.350	83.552	Obrigações trabalhistas		-	-	7.450	7.894
Impostos a recuperar	7	1.090	214	49.159	82.370	Dividendos a pagar	18	26.095	78.910	32.411	89.630
Dividendo a receber	18	25.009	63.347	-	6.341	Arrendamentos a pagar	12	-	-	3.882	2.350
Mútuos		-	-	699	3.304	Outras contas a pagar	17	30.473	30.931	84.559	101.680
Despesas antecipadas		-	-	1.762	6.743			66.502	203.273	321.593	858.764
Outras Contas a Receber		-	4.119	31.617	30.892	Não circulante					
		27.858	67.946	498.176	525.040	Fornecedores		-	-	131	131
Não Circulante						Financiamentos e Debêntures	14	-	-	640.172	302.739
Contas a receber	5	-	-	172.292	170.984	Obrigações tributárias	15	1.498	12.181	18.876	13.918
Precatórios a receber	8	-	-	83.366	85.372	Mútuos	18	-	15.865	-	716
Impostos a recuperar		-	-	-	-	Provisão para demandas judiciais	16	234	581	64.939	75.236
Depósitos judiciais	16	225	225	56.634	55.367	Provisão para desmobilização	12	-	-	8.009	9.741
Imóveis a comercializar		-	-	840	3.532	Passivo fiscal diferido	23	48.524	54.986	55.321	61.784
Mútuos	18	22.087	12.307	-	414	Arrendamentos a pagar	12	-	-	49.664	48.000
Despesas antecipadas		-	-	3.366	4.188	Outras contas a pagar	17	-	-	35.543	56.066
Instrumentos financeiros	9	196.512	208.548	196.512	208.548			50.526	83.613	872.655	568.331
Ativos fiscal diferido	23	39.065	39.306	113.816	75.565	Patrimônio líquido	19				
Outras Contas a Receber		-	-	45.591	84.131	Capital social		1.188.457	1.188.457	1.188.457	1.188.457
Investimentos	10	1.289.082	1.384.101	37	396	Prejuízos acumulados		260.469	202.051	260.469	202.051
Imobilizado	11	-	164	1.730.499	1.825.434	Ajuste de avaliação patrimonial		-	35.203	-	35.203
Intangível		-	-	7.642	43.652			1.448.926	1.425.711	1.448.926	1.425.711
		1.546.971	1.644.651	2.410.595	2.557.783	Participação de não controladores		9.145	-	261.784	230.017
Total do Ativo		1.574.829	1.712.597	2.908.771	3.082.823	Total do passivo e patrimônio líquido		1.574.829	1.712.597	2.908.771	3.082.823

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S.A.

CNPJ: 45.083.219/0001-30

Demonstrações do resultado individuais e consolidados

Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	20	-	-	932.104	864.570
(-) Custo dos produtos vendidos	21	-	-	(496.926)	(517.782)
(=) Lucro/(prejuízo) bruto		-	-	435.178	346.788
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	21	(7.103)	(1.220)	(118.388)	(93.774)
Resultado de equivalência patrimonial	10	41.830	95.739	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	21	33.330	2.765	(3.002)	283
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		68.057	97.284	313.788	253.297
Receitas financeiras	22	3.982	207	31.936	13.268
Despesas financeiras	22	(53.887)	(43.491)	(182.108)	(125.996)
(=) Resultado financeiro líquido		(49.905)	(43.284)	(150.172)	(112.728)
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		18.152	54.000	163.616	140.569
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	23	-	-	(78.435)	(51.136)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	23	6.221	19.504	3.272	26.676
(=) Prejuízo do exercício		24.373	73.504	88.453	116.109
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		24.373	73.504	24.373	73.504
Acionistas não controladores		-	-	64.080	42.607
Lucro líquido por ação		24.373	73.504	88.453	116.111

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S.A.
CNPJ: 45.083.219/0001-30
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
(=) Lucro líquido do exercício	19	24.373	73.504	88.453	116.109
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>24.373</u>	<u>73.504</u>	<u>88.453</u>	<u>116.109</u>
Resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas controladores		24.373	73.504	24.373	73.504
Acionistas não controladores				64.080	42.607
Resultado abrangente total		<u>24.373</u>	<u>73.504</u>	<u>88.453</u>	<u>116.109</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S.A.
CNPJ: 45.083.219/0001-30
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total de Patrimônio Líquido
			Legal	Lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.188.457	38.017	117.037	35.203	-	1.378.714	245.572	1.624.286
Aumento de participação em controladas	19.c	-	-	(133)	-	-	(133)	-	(133)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	73.504	73.504	42.606	116.110
Dividendos adicional		-	-	(7.998)	-	-	(7.998)	-	(7.998)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(18.376)	(18.376)	-	(18.376)
Reserva legal		-	3.675	-	-	(3.675)	-	-	-
Reserva de lucros	19.c	-	-	51.453	-	(51.453)	-	(58.161)	(58.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.188.457	41.692	160.359	35.203	-	1.425.711	230.017	1.655.728
Aumento de participação em não controladas		-	-	-	-	-	-	9.145	9.145
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.373	24.373	64.080	88.453
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	35.203	(35.203)	-	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(1.158)	(1.158)	-	(1.158)
Reserva legal		-	1.219	-	-	(1.219)	-	-	-
Reserva de lucros	17.c	-	-	21.997	-	(21.997)	-	(37.645)	(37.645)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.188.457	42.911	217.559	-	-	1.448.926	265.597	1.714.523

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S.A.
CNPJ: 45.083.219/0001-30
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
(=) Prejuízo do exercício		28.186	73.504	28.186	73.504
Itens que não afetam o caixa operacional					
(Reversão) para perdas com investimento em SCP e outros		-	(936)	-	(1.394)
Juros e variações monetárias		400	3.108	91.290	74.619
Constituição perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		-	-	3.443	(144)
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber		-	-	68	(284)
Depreciação e amortização	11	164	226	109.483	81.731
Provisão para contingência	16	(347)	(61)	(10.297)	53.919
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados		-	(15.004)	39.791	1.555
Resultado com impairment de ativos e passivo oneroso		32.800	-	69.720	-
Ganho (perda) na variação do valor justo de investimentos		14.005	34.058	14.005	33.828
Ativo fiscal diferido		(6.221)	(19.504)	(44.714)	(44.517)
Equivalência patrimonial	10	(41.830)	(95.739)	-	-
		<u>23.344</u>	<u>(20.348)</u>	<u>324.148</u>	<u>272.815</u>
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		(1.657)	-	(17.279)	(37.344)
Contas a receber		3	-	(32.283)	67.840
Estoques		-	-	26.202	22.395
Precatórios a receber		-	-	1.938	10.300
Impostos a recuperar		(876)	(1)	33.211	14.971
Despesas antecipadas		-	585	5.803	24.378
Outras contas a receber		4.119	241	38.015	(11.945)
Imóveis a comercializar		-	-	2.725	-
Depósitos judiciais		-	(66)	(1.267)	734
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		-	-	8.723	11.308
Obrigações tributárias		(35.192)	(33.191)	(28.917)	(28.503)
Obrigações trabalhistas		-	-	(444)	(2.843)
Receita diferida		-	-	1.771	(64.767)
Outras contas a pagar		(457)	(3.266)	(39.414)	(44.435)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		<u>(34.060)</u>	<u>(35.698)</u>	<u>(1.216)</u>	<u>(37.911)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo financeiro a valor justo		(9.528)	13.720	(9.528)	-
Aquisição de investimento com participação de não controladores	11	-	-	9.145	-
Mútuo com partes relacionadas		(9.780)	48.136	3.019	2.183
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		-	-	(79.378)	(10.184)
Recebimentos de dividendos de controladas	10	<u>158.212</u>	<u>18.065</u>	<u>6.341</u>	<u>6.700</u>
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		<u>138.904</u>	<u>79.921</u>	<u>(70.401)</u>	<u>(1.301)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Arrendamentos pagos		-	-	(6.146)	(4.593)
Mútuo com partes relacionadas		(15.865)	(7.023)	(716)	-
Empréstimos tomados		(20.939)	480	450.000	-
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros		(38.450)	(14.600)	(637.231)	(222.226)
Pagamento de dividendos		(53.095)	(3.526)	(57.498)	(28.118)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		<u>(128.349)</u>	<u>(24.669)</u>	<u>(251.591)</u>	<u>(254.937)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(161)</u>	<u>(794)</u>	<u>940</u>	<u>(21.332)</u>
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		263	1.057	21.248	42.580
No fim do exercício		102	263	22.188	21.248
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(161)</u>	<u>(794)</u>	<u>940</u>	<u>(21.332)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 27, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 1973.

A Companhia é uma holding das empresas do Grupo Serveng composto pelas Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que tem como objeto construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplanagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armações e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massas asfáltica e outros minerais; Serveng Energias Renováveis S.A. (Energia Renováveis), que tem como objeto comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; Eolicabras S.A. (Eolicabras) tem como o objeto fabricação de estruturas pré moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (Serveng DI), que tem o objeto de construção e incorporação empreendimentos imobiliários; Mineração Barueri Ltda., Mineração Jambreiro Ltda., Mineração Aparecida Ltda. todas no estado de São Paulo e Mineração São Luís Ltda. no estado do Maranhão, tendo os objetivos extração e refino de minerais não metálicos.

Tendo exclusivamente na sua finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa e controla, além de consolidar e maximizar as operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 26 de abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Provisões para desmobilização;
- Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a doze meses, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

3.6. Imóveis a comercializar

Demonstrados ao custo de aquisição dos terrenos e outros custos diretamente relacionados aos projetos em construção. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de aquisição.

3.7. Instrumentos financeiros

3.7.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.



A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.7.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.8. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.9. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros

A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade.

O valor recuperável de um ativo é a maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituída a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment").

3.11. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.12. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.16. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.17. Apuração do Resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com prestação de serviço de construção civil e comercialização da operação da Companhia e de suas controladas é reconhecida no resultado respeitando o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.17.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.18. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

3.18.1. Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Sobre esse tema, a Companhia e suas controladas não consideram impactos significativos nas demonstrações contábeis.

3.18.2. Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, a saber:

- Imobilizado – Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17).

3.18.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Serveng Civilsan S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2022	2021
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	99,97	99,97
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	99,97	99,97
Corumbá Concessões S.A.	Integral / Indireto	47,83	47,83
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	99,98	99,98
Eolicabras S.A.	Integral / Direto	100,00	100,00
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	99,97	99,97
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	99,97	99,97
Mineração Aparecida Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Mineração Barueri Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Mineração Jambuí Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Mineração São Bento Ltda. (b)	Integral / Indireto	100,00	100,00
Mineração São Luis Ltda.	Integral / Indireto	99,98,00	99,98
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral / Indireto	99,98	99,98
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	99,97	99,97
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Residencial Acqua Serveng Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral / Indireto	2,80	2,80
Serveng Cairo Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Direto	85,45	85,45
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	Integral / Direto	99,45	99,45
Serveng Energias Renováveis S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Pindamonhangaba Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Campinas Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Galatea Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Mogi Vista I Empreend. Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Mogi Vista II Empreend. Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Padroeira Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Vila Guilherme Empreend. Imobiliário Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	Integral / Indireto	100,00	100,00
SM Geração de Energia Eólica S.A. (a)	Integral / Indireto	99,98	99,98
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	99,97	99,97
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos do Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação tem a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos conta movimento	102	263	22.188	21.248
Aplicações financeiras (a)	1.657	-	180.215	162.936
	<u>1.759</u>	<u>263</u>	<u>202.403</u>	<u>184.184</u>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,39% a.a. em 2022 (4,42% a.a. em 2021).

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2022	2021
Contas a receber de terceiros	353.620	307.292
Contas a receber – partes relacionadas	-	197
Medições a faturar (a)	20.145	38.089
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(46.287)	(46.940)
	<u>327.478</u>	<u>298.638</u>
Circulante	155.186	127.654
Não Circulante	172.292	170.984

(a) Valores correspondem a medições dos serviços prestados e não faturados devido autorização de sua controlada.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2022	2021
Produtos acabados	28.542	48.706
Imóveis a comercializar	489	489
Terrenos a incorporar	19.589	19.589
Outros estoques para consumo e manutenção	8.730	14.768
	<u>57.350</u>	<u>83.552</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ISS	-	-	-	525
ICMS	-	-	4.322	3.492
PIS	-	-	4.587	11.478
COFINS	-	-	16.082	20.869
CSLL	-	-	5.303	11.881
Imposto de renda	1.090	198	12.245	12.871
INSS	-	-	5.740	13.089
Outros	-	16	880	8.165
	<u>1.090</u>	<u>214</u>	<u>49.159</u>	<u>82.370</u>

Os créditos são oriundos da operação da Companhia e suas controladas.

8. PRECATÓRIOS A RECEBER

	Consolidado	
	2022	2021
Departamento de Estradas e Rodovias (a)	71.478	71.478
Prefeitura de Cotia (c)	2.650	4.641
Prefeitura de Osasco(b)	3.025	3.025
AGETOP	2.675	2.675
DER/GO	3.531	3.531
Outros (b)	7	22
	<u>83.366</u>	<u>85.372</u>

- (a) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, tendo o vencimento final em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está sendo cobrado judicialmente e atualizados monetariamente até novembro de 2009, pelo índice de atualização definido judicialmente em 2021 a Companhia verificou a expectativa do montante e decidiu não reajustar entendendo que o montante provisionado é suficiente do que está discussão.
- (b) Outros precatórios, a receber refere-se a contratos de obras executados pela Companhia para diferentes órgãos.
- (c) Em 2022, a Companhia recebeu o montante R\$1.991 referente ao precatório da Prefeitura de Cotia.

9. INSTRUMENTO FINANCEIRO

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controlado		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Instrumentos mensurados ao valor justo (a)	<u>196.512</u>	<u>208.548</u>	<u>196.512</u>	<u>208.548</u>
	<u>196.512</u>	<u>208.548</u>	<u>196.512</u>	<u>208.548</u>

- (a) O principal ativo financeiro da empresa composto por ações negociadas em Bolsa de Valores, está classificado na categoria Contas a Receber à longo prazo. Estão mensurados ao custo amortizado, os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

10. INVESTIMENTOS

Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2022	2021
Saldo inicial	1.384.101	1.355.765
(+/-) Aumento ou redução do Investimento	(17.911)	(7.081)
(-) Dividendos recebidos e /ou proposto	(119.875)	(35.728)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (i)	41.830	95.739
(-) Lucro não realizado	937	(24.594)
(=) Total da Movimentação de Investimento	<u>1.289.082</u>	<u>1.384.101</u>
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios anteriores	63.347	18.065
Dividendos adicional recebidos no exercício	94.866	-
	<u>158.213</u>	<u>18.065</u>

- (i) Resultado de equivalência patrimonial em suas controladas.

Empresa	Patrimônio Líquido	Participação no Capital	Investimento		Equivalência Patrimonial	
			2022	2021	2022	2021
Serveng Civilsan S.A.	435.128	100,00%	435.128	517.347	(78.537)	(18.343)
Serveng Energias Renováveis S.A.	852.249	99,58%	848.670	874.700	90.957	143.727
Eolicabras S.A.	(25.416)	100,00%	(25.416)	(23.515)	(1.901)	(48.669)
Serveng DI	8.052	85,45%	6.880	5.770	247	(7.132)
Mineração Jambeiro Ltda.	12.925	100,00%	12.925	11.679	7.697	8.244
Mineração Aparecida Ltda.	15.342	100,00%	15.342	6.771	10.160	4.787
Mineração Barueri Ltda.	14.709	100,00%	14.709	12.761	11.917	9.969
Mineração São Luís Ltda.	4.500	100,00%	4.500	3.181	1.290	3.156
Participações em controladas			1.312.738	1.408.694	41.830	95.739
Lucro não realizado			(23.656)	(24.593)	-	-
			<u>1.289.082</u>	<u>1.384.101</u>	<u>41.830</u>	<u>95.739</u>

11. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	2022	2021
Terrenos	1.245	1.607
Reservatórios, barragens e adutoras	396.321	407.839
Aerogeradores	1.109.272	1.156.308
Edifícios e construções	2.598	3.610
Equipamentos de informática	2.040	1.818
Instalações e benfeitorias	68.920	40.044
Máquinas e equipamentos	134.509	210.293
Móveis e utensílios	2.045	3.063
Veículos	14.935	28.122
Direito de uso	49.935	57.271
Imobilizado em andamento	2.227	1.254
(-) Lucro não realizado	(53.548)	(85.795)
	<u>1.730.499</u>	<u>1.825.434</u>

A Companhia e suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Consolidado									
Descrição	Taxa	2022	Adições	Baixas	2021	Adições	Baixas	Transf.	2020
Custo									
Terrenos	-	1.245	-	(362)	1.607	-	(200)	-	1.807
Reservatórios, barragens e adutoras	3 a 25	569.891	-	(165)	570.056	-	-	-	570.056
Aerogeradores	3 a 25	1.414.295	-	158	1.414.137	223	-	-	1.413.914
Edifícios e construções	3 a 25	11.503	-	(6.669)	18.172	-	-	241	17.931
Equipamentos de informática	3 a 25	8.569	434	(556)	8.691	136	(265)	-	8.820
Instalações e benfeitorias	3 a 25	79.878	29.918	-	49.960	25	-	(241)	50.176
Máquinas e equipamentos	3 a 25	388.904	30.456	(45.375)	403.823	6.749	(34.584)	-	431.658
Móveis e utensílios	3 a 25	5.708	232	(815)	6.291	410	(273)	-	6.154
Veículos	3 a 25	89.798	16.286	(35.441)	108.953	766	(5.722)	-	113.909
Direito de uso	3 a 25	59.819	-	(7.289)	67.108	-	-	-	67.108
Imobilizado em andamento	3 a 25	2.227	2.052	(1.079)	1.254	1.079	-	-	175
Total do Custo		2.631.837	79.378	(97.593)	2.650.052	9.388	(41.044)	-	2.681.708
Depreciação									
Reservatórios, barragens e adutoras		(173.570)	(11.353)	-	(162.217)	(11.459)	-	-	(150.758)
Aerogeradores	3 a 25	(305.023)	(47.196)	-	(257.827)	(47.066)	-	-	(210.761)
Edifícios e construções	3 a 25	(8.905)	(617)	6.274	(14.562)	(587)	48	-	(14.023)
Equipamentos de informática	3 a 25	(6.529)	(387)	731	(6.873)	(429)	276	-	(6.720)
Instalações e benfeitorias	3 a 25	(10.958)	(12.300)	11.260	(9.918)	(1.663)	13	-	(8.268)
Máquinas e equipamentos	3 a 25	(254.395)	(60.865)	-	(193.530)	(14.542)	37.024	-	(216.012)
Móveis e utensílios	3 a 25	(3.663)	(520)	85	(3.228)	(25)	206	-	(3.409)
Veículos	3 a 25	(74.863)	(2.418)	8.386	(80.831)	(1.909)	5.661	-	(84.582)
Direito de uso		(9.884)	(273)	226	(9.837)	(3.514)	-	-	(6.322)
Total da Depreciação		(847.790)	(135.929)	26.962	(738.823)	(81.194)	43.228	-	(700.855)
(-) Lucros Não Realizados		(53.548)	1.407	30.840	(85.795)	(29.121)	2.151	-	(58.825)
		1.730.499	(55.144)	(39.791)	1.825.434	(100.927)	4.335	-	1.922.028

Vencimento no longo prazo	Consolidado
2023	6.230
2024	6.230
2025	6.230
2026	6.230
2027 em diante	24.744
	<u>49.664</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

13. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Fornecedores Serviços	74.131	64.953
Material	3.652	4.111
Outros	706	702
	<u>78.489</u>	<u>69.766</u>

O saldo de fornecedores das Controladas refere-se a prestações de serviços, materiais designados a operações da atividade. Os títulos têm vencimentos em curto prazo e são regularmente liquidados.

14. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Consolidado	
	2022	2021
Financiamento BNDES	-	352.622
Financiamento BNB (b)	300.565	320.558
Debêntures (a)	412.866	110.214
Capital de Giro	-	31.371
Saldo contábil	<u>713.431</u>	<u>814.765</u>
Circulante	73.259	512.026
Não Circulante	640.172	302.739

- (a) Conforme Fato Relevante divulgado por sua controlada em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, composta por 450.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem uma remuneração 100% do e CDI + 2,15% a.a., com o vencimento final em 07 de janeiro de 2032.

Os recursos obtidos com a Emissão foram recebidos em janeiro de 2022 e usados para liquidação de certas dívidas das suas controladas junto ao BNDES, recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

A escritura das Debentures está garantida pelo grupo de alienações fiduciárias da totalidade de ações das controladas, equipamentos e suas receitas proveniente da venda de energia elétrica. Essas debentures possuem indicador financeiro (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual 1,3. O cálculo conseqüentemente da manutenção do índice conforme definido em contrato, deve ser efetuado a partir da data de início da emissão, sendo calculado pelas informações consolidadas na Ventos Potigüares Comercializadora de Energia. S.A., no qual foi atingindo em 31 de dezembro de 2022.

- (b) As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

Os contratos estão garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos. O contrato contém clausulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (convenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual 1,3, de com os parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras das Controladas os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2022.

Vencimento no longo prazo	Consolidado
2023	73.259
2024	73.259
2025	73.259
2026	73.259
2027 em diante	347.136
	<u>640.172</u>



15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Parcelamento tributários (a)	11.432	46.624	34.452	48.494
ISS	-	-	325	1.466
COFINS	-	-	10.146	22.799
PIS	-	-	2.207	3.554
ICMS	-	-	650	311
Imposto de renda e Contribuição social	-	-	11.975	10.774
Obrigações previdenciárias	-	-	554	1.822
Outros	-	-	110	116
	<u>11.432</u>	<u>46.624</u>	<u>60.419</u>	<u>89.336</u>
Circulante	9.934	34.443	41.543	75.418
Não Circulante	1.498	12.181	18.876	13.918

(a) Os correspondem a tributos federais, parcelados diretamente na Receita Federal.

16. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

16.1. Ativo contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

16.2. Provisões classificadas como perdas prováveis

A Companhia e suas controladoras é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.



	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Processos Trabalhistas	189	212	22.291	27.415
Processos Cíveis (i)	45	369	34.913	40.691
Processos Tributários	-	-	7.729	7.130
Outros	-	-	6	-
	<u>234</u>	<u>581</u>	<u>64.939</u>	<u>75.236</u>

- (i) Dentro do montante do saldo o maior valor corresponde a ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO em desfavor da coligada Corumbá Concessões S.A., distribuída em 16 de novembro de 2006, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV. SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R\$ 24.021 mil, orçado em outubro de 2006. Perfazendo o valor da provisão em R\$22.229 mil.

16.2.1. Ações das controladas possíveis

16.2.1.1. Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais tem como objeto, via de regra, discussões relativas à exigência feita pelo IBAMA- SP no processo administrativo ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, discuti nesta ação judicial ambiental o valor de R\$59mil em 31 de dezembro de 2022.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

16.2.1.2. Ações cíveis

A Companhia e as controladas são partes nas ações de natureza cível através do polo passível, as quais tem como objeto, geralmente discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob responsabilidade da Companhia no montante de R\$76mil em 31 de dezembro de 2022.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

16.2.1.3. Ações tributárias

A Companhia é parte em ações tributária através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$1.866mil em 31 de dezembro de 2022.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Honorários	-	-	33.906	41.152
Adiantamento de clientes	-	-	36.758	57.410
Serveng Transportes	29.713	30.613	29.713	30.613
Outros	760	318	19.725	28.571
	<u>30.473</u>	<u>30.931</u>	<u>120.102</u>	<u>157.746</u>
Circulante	30.473	30.931	84.259	101.680
Não Circulante	-	-	35.543	56.066

18. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Energia Renováveis	21.603	61.530	-	-	-	-
Mineração Barueri	3.406	-	-	-	-	-
Mineração Aparecida	-	1.176	-	-	-	-
Antecipação de dividendos	-	641	-	6.000	-	6.000
Acionista	-	-	26.095	72.910	26.201	73.187
Outras partes não acionistas	-	-	-	-	6.210	10.443
	<u>25.009</u>	<u>63.347</u>	<u>26.095</u>	<u>78.910</u>	<u>32.411</u>	<u>89.630</u>

Descrição	Mútuo/ contas a receber (ativo não circulante)		Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante)			
	Controladora (a)		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Eolicabras	16.087	12.207	-	-	-	-
Mineração Barueri	6.000	-	-	-	-	-
Mineração São Luis	-	-	-	700	-	-
Serveng DI	-	100	-	-	-	-
Serveng Civilsan	-	-	-	15.165	-	716
	<u>22.087</u>	<u>12.307</u>	<u>-</u>	<u>15.865</u>	<u>-</u>	<u>716</u>

- (a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas, não havendo incidência de juros;

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

19. PATRIMONIO LÍQUIDO

- (a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$1.188.457 mil em 31 de dezembro de 2022, está representado por 36.897.403 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e em valor nominal.

- (b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais. Em 2022 o valor destinado foi de R\$1.219 mil e o saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$42.911 mil (R\$41.692 mil em 2021).



(c) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$217.559 mil (R\$160.359 mil em 2021).

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	160.359	117.037
Aumento em participação em controladas	-	(133)
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	35.203	-
Dividendos adicionais	-	(7.998)
Lucro líquido do exercício	<u>21.997</u>	<u>51.453</u>
Prejuízo acumulado líquido	<u>217.559</u>	<u>160.359</u>

20. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Consolidado	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas		
Receita de Bruta	1.010.833	942.092
Impostos sobre faturamento	<u>(78.729)</u>	<u>(77.522)</u>
Receita líquida	<u>932.104</u>	<u>864.570</u>

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pelas operações executada pelas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Depreciação e amortização	(164)	(226)	(79.437)	(81.471)
Custo do produto vendido	-	-	(228.068)	(198.500)
Custo com mão de obra	-	-	(23.248)	(72.193)
Serviços de terceiros	(3.859)	-	(70.733)	(108.906)
Despesas com seguros	(68)	-	(68)	(1.255)
Despesas com pessoal	(100)	-	(64.291)	(25.328)
Despesas com serviços	-	(1.852)	(18.427)	(37.586)
Despesas tributárias	(212)	(2)	(16.419)	(5.811)
Despesas com arrendamento	-	-	3.248	(711)
Contingencias	347	(152)	2.628	(23.169)
Centro de Serviços Compartilhados	-	-	(1.423)	(1.332)
Resultado de impairment	39.810	-	19.847	1.153
Outras (despesas)/receitas líquidas	<u>(9.527)</u>	<u>3.777</u>	<u>(141.925)</u>	<u>(56.164)</u>
	<u>26.227</u>	<u>1.545</u>	<u>(618.316)</u>	<u>(611.273)</u>



Classificação por Função	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo do produto vendido	-	-	(496.926)	(517.782)
Despesas administrativas (i)	(7.103)	(1.220)	(118.388)	(93.774)
Outras receitas/ (despesas) líquidas	33.330	2.765	(3.002)	283
	<u>26.227</u>	<u>1.545</u>	<u>(618.316)</u>	<u>(611.273)</u>

(i) Inclui a depreciação.

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.982	207	31.359	9.261
Juros recebidos	-	-	67	378
Descontos obtidos	-	-	510	3.629
	<u>3.982</u>	<u>207</u>	<u>31.936</u>	<u>13.268</u>
Despesas financeiras				
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	(48.998)	(34.058)	(48.998)	(34.058)
Juros sobre empréstimos	-	(1.120)	(84.903)	(74.460)
Juros sobre arrendamento	-	-	(4.714)	(2.966)
Impostos sobre operações financeiras	(460)	-	(1.101)	(1.394)
Juros incorridos	(3.913)	(8.235)	(31.800)	(12.422)
Despesas bancárias	(516)	(78)	(1.168)	(582)
Outras despesas financeiras	-	-	(9.424)	(114)
	<u>(53.887)</u>	<u>(43.491)</u>	<u>(182.108)</u>	<u>(125.996)</u>
Total	<u>(49.905)</u>	<u>(43.284)</u>	<u>(150.172)</u>	<u>(112.728)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social diferida:				
Diferenças temporárias	-	(518)	(1.525)	(1.503)
Prejuízos fiscais	(39.061)	(38.788)	(39.061)	(74.062)
Total diferido ativo	<u>(39.061)</u>	<u>(39.306)</u>	<u>(40.586)</u>	<u>(75.565)</u>
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferida:				
Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC	48.524	54.986	48.524	61.784
Exclusões temporárias de órgãos público	-	-	-	18.523
Outras exclusões e adições	(3.242)	3.824	(4.667)	21.934
Total diferido passivo	<u>45.282</u>	<u>58.810</u>	<u>43.857</u>	<u>102.241</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	<u>6.221</u>	<u>19.504</u>	<u>3.272</u>	<u>26.676</u>
Demonstração de resultado corrente:				
Impostos de renda	-	-	(57.573)	(36.232)
Contribuição social	-	-	(20.862)	(14.904)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

24.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

24.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	78.489	-	-

24.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

24.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição máxima é de R\$217.356 no consolidado e R\$194.315 na controladora (R\$198.952 no consolidado e R\$181.282 na controladora em 2021) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

24.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

24.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	22.188	21.248	22.188	21.248
Aplicações financeiras	180.215	162.936	180.215	162.936
Contas a receber	327.478	298.638	327.478	298.638
Outras contas a receber	77.208	115.223	77.208	115.223
Total	607.089	598.045	607.089	598.045
Passivos financeiros				
Fornecedores	78.489	69.766	78.489	69.766
Dividendos a pagar	32.592	89.630	32.592	89.630
Outras contas a pagar	120.102	157.746	120.102	157.746
Total	231.183	317.142	231.183	317.142

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

24.7. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2022		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	22.188	-	-
Aplicações financeiras	-	180.215	-
Contas a receber	327.478	-	-
Outras contas a receber	77.208	-	-
Total	426.874	180.215	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	78.489
Dividendos a pagar	-	-	32.592
Outras contas a pagar	-	-	120.102
Total	-	-	231.183



Consolidado	2021		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	21.248	-	-
Aplicações financeiras	-	162.936	-
Contas a receber	298.638	-	-
Outras contas a receber	115.223	-	-
Total	435.109	162.936	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	69.766
Dividendos a pagar	-	-	89.630
Outras contas a pagar	-	-	157.746
Total	-	-	317.142

24.8. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

24.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 3 cenários diferentes.



Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,39% (4,42% em 2021) para o CDI e 7,20% (5,32% em 2021) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	31.359	12,39%	3.885	4.856	5.828	2.914	1.943
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(84.903)	7,20%	(6.113)	(7.641)	(9.170)	(4.585)	(3.057)
Resultado financeiro			<u>(2.228)</u>	<u>(2.785)</u>	<u>(3.342)</u>	<u>(1.671)</u>	<u>(1.114)</u>

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

25.1. Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 2010, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não se beneficiaram tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

25.2. Incorporação das Nossa Casa Engenharia Ltda. e Santa Cruz Rodovias Ltda.

Em 31 de janeiro de fevereiro de 2023, aconteceu em São Paulo, em Assembleia Geral Extraordinária conjunta de incorporação da Nossa Casa Engenharia Ltda. e a Santa Cruz Rodovias Ltda. pela Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, absorvendo seus acervos me 100% conforme sua participação.

Conforme registrados na Junta Comercial de São Paulo, conseqüentemente pelos registros n° 100.893/23-5 e 100.892/23-1 em 13 de março de 2023.